

MERCADOS



Com Petrobras e Vale, Bolsa sobe 0,75%, mas na semana, cai 0,65%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Apesar do desempenho positivo nesta última sessão do intervalo, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acumulou perdas pela terceira semana consecutiva.

Assim, vindo de perdas de 0,67% e de 1,02% nas duas semanas anteriores, o Ibovespa (Índice Bovespa) recuou 0,65% em relação ao fechamento da última sexta-feira, então perto dos 126 mil pontos. Nesta sexta-feira, retomou o nível de 125 mil, ainda que o desempenho negativo dos grandes bancos - à exceção de Santander (Unit +2,75%) - tenha tirado dinamismo do índice, favorecido por Petrobras (ON +4,07%, PN +1,71%) - com a expectativa pela concessão de até 100% dos dividendos extraordinários retidos em março, na assembleia da próxima semana - e, em menor medida, por Vale (ON +1,64%) na sessão.

No fechamento, o Ibovespa mostrava alta de 0,75%, aos 125.124,30 pontos, entre mínima de 124.056,03 e máxima de 125.508,91, saindo de abertura aos 124.196,61 nesta sexta-feira. Em dia de vencimento de opções sobre ações, o giro fi-

nanceiro foi a R\$ 29,2 bilhões. No mês, o Ibovespa cai 2,33% e, no ano, cede 6,75%

Dentre os componentes da carteira Ibovespa, destaque absoluto para Petz, em alta de 37,14% no encerramento, tendo em vista a assinatura de memorando de entendimento para possível fusão com a Cobasi. Outras ações cíclicas também foram bem na sessão, com destaque para CVC (+6,67%) e Alpargatas (+5,88%). Na ponta oposta, Embraer (-2,86%), Transmissão Paulista (-2,66%) e JBS (-1,38%).

DÓLAR CAI 0,97%

O dólar à vista acentuou ainda mais o ritmo de baixa ao longo da tarde e, após tocar mínima a R\$ 5,1856, encerrou a sessão desta sexta-feira, em queda de 0,97%, cotado a R\$ 5,1994. Com o recuo de mais de 1% hoje, o dólar à vista termina a semana com ganhos de 1,53%, nos maiores níveis desde fins de março do ano passado. A máxima da semana ocorreu no pregão de terça-feira, quando se aproximou dos R\$ 5,29, ao ser negociada a R\$ 5,2875. Em abril, a divisa avança de 3,67%, o que leva a valorização em 2024 para 7,13%.

2023

Rendimento domiciliar do brasileiro chega a R\$ 1.848

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O rendimento médio mensal domiciliar per capita do Brasil chegou a R\$ 1.848 em 2023. Esse é o maior valor já apurado no país e representa um crescimento de 11,5% ante o valor de 2022, R\$ 1.658. O recorde anterior tinha sido em 2019 (R\$ 1.744), ano que precedeu a pandemia da Covid-19. Os dados fazem parte de uma edição especial da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*, divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa *Rendimento de todas as fontes 2023* apura todas as formas de renda dos brasileiros, o que inclui dinheiro obtido com trabalho, aposentadoria, pensão, programas sociais, rendimento

de aplicações financeiras, aluguéis e bolsas de estudo, por exemplo.

O IBGE aponta que em 2023, o Brasil tinha 215,6 milhões de habitantes. Desses, 140 milhões tinham algum tipo de rendimento. Isso representa 64,9% da população, a maior proporção registrada pela pesquisa iniciada em 2012.

Em 2022, eram 62,6%. O nível mais baixo foi atingido em 2021, no auge da pandemia. Eram 59,8%, mesmo patamar de 2012.

RENDIMENTO

O levantamento calcula que 99,2 milhões de pessoas (46% da população) tinham no ano passado rendimentos obtidos por meio de formas de trabalho; e 56 milhões (26% da população), por meio de outras fontes.

O rendimento médio mensal recebido de todos os trabalhos foi estimado em R\$ 2.979 em 2023, o

que representa uma expansão de 7,2% em relação a 2022 (R\$ 2.780). O maior resultado já calculado pelo IBGE foi em 2020, primeiro ano da pandemia, quando alcançou R\$ 3.028.

"Esse valor máximo não se refere a um dinamismo do mercado de trabalho", adverte o analista da pesquisa, Gustavo Geaquinto.

Ele explica que na ocasião, empregos informais, de menores remunerações, foram os mais cortados, fazendo com que a média de rendimentos contasse apenas com os trabalhos com maiores remunerações. "A população na informalidade foi muito mais afetada, alterando a composição da população ocupada".

O rendimento de todas as fontes, considerando a população residente com renda, aumentou 7,5% em relação a 2022, atingindo R\$ 2.846 e, com isso, se aproximando do valor máxi-

mo da série histórica (R\$ 2.850), registrado em 2014.

Já o rendimento médio de outras fontes diferentes do trabalho cresceu 6,1%, chegando a R\$ 1.837, um recorde da série histórica.

Ao observar como vários tipos de renda compõem o rendimento total dos brasileiros, o IBGE identificou que o dinheiro obtido por meio do trabalho representava 74,2% do total.

Dos 25,8% restantes, figuram 17,5% de aposentadoria e pensão, 2,2% de aluguel e arrendamento, 0,9% de pensão alimentícia, doação e mesada de não morador e 5,2% de outros rendimentos, o que incluem os programas sociais como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC-equivalente a um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade).

MONTADORA

Em reunião com Lula, Honda anuncia R\$ 4,2 bi em investimentos

CAIO SPECHOTO/AE

O vice-presidente comercial da Honda Automóveis do Brasil, Roberto Akiyama, disse na sexta-feira, que a empresa investirá R\$ 4,2 bilhões até 2030 em sua fábrica em Itirapina (SP). Ele falou no Palácio do Planalto depois de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o vice-presidente Geraldo Alckmin, que também é minis-

tra da Indústria e Comércio.

"Acabamos de anunciar o segundo ciclo de investimentos na nossa fábrica de Itirapina (SP). Serão R\$ 4,2 bilhões focados em novas tecnologias. Incluindo mais um modelo totalmente novo para o mercado brasileiro e também investimento forte em híbrido flex", declarou Roberto Akiyama. O modelo seria um SUV de entrada.

"Sendo bem específico, a par-

tir do momento, da definição clara do Mover, é que ficou muito nítido, necessário, a gente também definir claramente nosso investimento", disse o empresário. O Mover é o programa de incentivos para a indústria automotiva.

"A partir de segunda-feira começaremos o segundo turno de produção na nossa fábrica de Itirapina. Esse é o tamanho da nossa confiança no Brasil", afirmou o dirigente da Honda. Se-

gundo ele, neste ano a expectativa é que a produção passe de 80.000 veículos para 100.000. "Em 2030, nós visualizamos um potencial para produzirmos 150.000 veículos por ano na fábrica de Itirapina", declarou o empresário.

O vice-presidente Geraldo Alckmin disse que a expansão criará 1.700 empregos diretos, além de 3.500 empregos na cadeia de fornecedores.

FUNDO PHOENIX

Com valor de mercado de R\$ 2,3 bilhões, Emae é vendida por Tarcísio por R\$ 1 bi

O Fundo Phoenix, administrado pela Trustee DTVM, e que tem entre seus cotistas o empresário Nelson Tanure, venceu o primeiro leilão de privatização do governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Com deságio de 33,68%, o fundo arrematou a estatal Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) por R\$ 1,04 bilhão.

As ações da empresa, que se mantinham estáveis até o início do leilão, despencou durante a disputa. Até as 16h38, os papéis derretiam 32,89%.

Além do Fundo Phoenix, participaram da disputa a Matrix

Energy - ligada à comercializadora Matrix Energia, empresa detida pela DXT International S.A. (50,01%), parte do Grupo Duferco, e por fundos de investimento sob gestão da Prisma Capital (49,99%) - e o grupo francês EDF. A disputa ocorreu na tarde desta sexta-feira, na B3, na capital paulista.

O vencedor do certame passará a gerir um ativo com 906 megawatts (MW) em geração hidrelétrica suficiente para abastecer 825 mil residências na Grande São Paulo. A hidrelétrica de Henry Borden (889 MW) é o principal ativo da empresa, inaugurada

em 1920 e localizada no pé da Serra do Mar.

O portfólio conta ainda com outras três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), oito barragens e duas usinas elevatórias. A empresa também tem papel importante no controle das cheias no Estado, regulando os níveis dos rios Pinheiros e Tietê e ajudando a prevenir alagamentos. Para isso, é feito o bombeamento das águas do rio para o Reservatório Billings.

Outro serviço prestado pela Emae é a travessia por meio de balsa A empresa transporta diariamente pessoas e veículos nas travessias Bororé, Taquacetuba e

João Basso. "Mensalmente, o serviço da Emae realiza uma média de 14 mil viagens e transporta gratuitamente 161 mil passageiros e 158 mil veículos", informou o Governo do Estado.

No ano passado, a Emae teve receita líquida de R\$ 603 milhões e valor de mercado, de R\$ 2,3 bilhões. Além do governo paulista, participam da composição acionária da estatal a Companhia Metropolitana de São Paulo, a Eletrobras e uma parcela minoritária com outros acionistas. A fatia à venda corresponde às participações do governo e do Metrô, que somam quase 40% da empresa.

MAIOR FEITO DO PAÍS

Gilmar faz elogio a reforma tributária

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

Desde a Constituição de 1988 o Brasil vem passando por muitas transformações. Mas a maior delas, segundo disse nesta sexta-feira o ministro Supremo Tri-

bunal Federal (STF) Gilmar Mendes, vem com aprovação da reforma tributária. Em participação online no Congresso "Reforma Tributária - Repercussões Práticas", organizado pelo Ciesp e pela Escola Superior da Advo-

caria-Geral da União, o magistrado destacou no novo modelo da tributação do consumo que, conforme as regras de transição, passará a ser no destino.

Ele disse considerar que com a adoção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o Brasil passa a seguir a tendência global, já que o IVA é adotado por mais de cem países no mundo.

"A cesta básica terá isenção. Desde a Constituição de 1988 o Brasil vem passando por trans-

formações, mas a maior delas é a reforma tributária", disse o ministro.

Ele destacou o fato de a reforma contemplar um órgão gestor que fará a distribuição da arrecadação aos entes federados, o que acabará com a guerra fiscal entre os Estados.

"Esperamos que a reforma traga simplicidade, segurança jurídica, crescimento e que no futuro ela consiga banir a desigualdade social no País", disse Gilmar.

AMAZÔNIA

BB cria hub Financeiro em Belém para acelerar crédito à bioeconomia

MATHEUS PIOVESANA/AE

O Banco do Brasil vai lançar uma estrutura para injetar crédito na sociobioeconomia da Amazônia. O chamado Hub Financeiro terá um espaço físico em Belém, e será implementado ainda no primeiro semestre deste ano. O objetivo é centralizar ações e iniciativas relacionadas à bioeconomia, e o banco acredita que os impactos podem chegar a mais de 2 milhões de pessoas.

"O Hub Financeiro vai injetar novos recursos para a região, contribuindo para geração de 11 mil empregos e preservando mais de 1 milhão de toneladas de CO2, contribuindo para a manutenção da floresta em pé", diz em nota a presidente do banco, Tarciana Medeiros.

Ainda de acordo com ela, o banco poderá reforçar a atuação em linhas de crédito destinadas à agricultura familiar, como as do Pronaf, dar mais ênfase a negócios ligados à energia renovável e também no financiamento à exportação. Avançar nestes negócios está entre os focos estratégicos da gestão da executiva à frente do BB.

Inicialmente, o Hub utilizará a estrutura do banco e, à frente, deve ser a base para que agentes de crédito e correspondentes bancários especia-

lizados levem os produtos e serviços a mais regiões. Além dos produtos financeiros, a iniciativa deve ainda fornecer assistência técnica, quando necessário.

Os atendimentos serão prestados por funcionários do BB, com o auxílio de correspondentes e agentes de crédito rural. As assistências serão prestadas por empresas cadastradas nos sistemas do banco, o que inclui nomes como a Conexus, que atua em agro.

"A iniciativa visa solucionar as dificuldades reportadas pelos clientes em adequar seus cadastros no sistema do BB. Além de auxiliar na obtenção de documentos diversos como: comprovantes de renda, títulos de propriedade da terra, declaração de aptidão do Pronaf, dentre outros", afirma o vice-presidente de Negócios de Governo e Sustentabilidade Empresarial do banco, José Ricardo Sasseron.

Além de lançar o Hub, o BB formalizou, em evento realizado na capital do Pará, acordos com o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Clima e Sociedade (ICS), além de uma operação de US\$ 250 milhões (R\$ 1,3 bilhão) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para aplicação em financiamentos sustentáveis na Amazônia.

Diário do
Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiarioacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diarioacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



BEMISA HOLDING S.A.
CNPJ nº 08.720.614/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nesse sentido, cumpre-nos destacar as informações relevantes da Companhia e de sua administração durante o ano de 2023. A Companhia iniciou suas atividades operacionais a partir de junho de 2007 e tem por objetivo de prospecção, desenvolvimento, operação de ativos minerais, prestação de serviços de transporte ferroviário de carga e participação em empresas. Durante o exercício de 2023, a Companhia deu continuidade ao seu plano de consolidação da Mina Baratinha e aos trabalhos de pesquisa como parte de seu plano de prospecção, desenvolvimento e implantação dos seus projetos de diversos minerais, conforme os padrões internacionais aceitos e o desenvolvimento de processos complementares para adequação dos produtos às necessidades dos clientes. As atividades da Companhia e de suas investidas, a serem realizadas durante o ano de 2024, poderão ser suportadas por aporte de recursos de seu acionista e/ou de terceiros em complemento à geração de caixa de suas operações e de suas investidas. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinada através das próprias Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 22 de março de 2024. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.646	75.260	80.156	94.876
Contas a receber	6	96.240	60.397	96.240	60.397
Estoque	8	9.016	14.589	9.016	14.589
Adiantamentos		2.238	1.347	2.242	1.789
Impostos a recuperar	7	8.904	2.671	8.948	3.602
Despesas antecipadas		3.336	2.285	3.837	3.045
Dividendos a receber		223	-	-	-
Outros créditos		265	580	265	580
Total do ativo circulante		189.868	157.129	200.704	178.878
Não circulante					
Adiantamentos		6.204	5.041	6.204	5.041
Depósitos judiciais		165	159	165	159
Despesa antecipada		172	52	990	1.347
Impostos diferidos	25	-	1.286	-	1.286
		6.541	6.538	7.359	7.833
Total do ativo não circulante		13.082	12,736	13,728	14,316
Total do ativo		202,950	169,865	214,432	193,194

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo					
Circulante					
Emprestimos e financiamentos	14	2.049	4.012	2.049	4.012
Fornecedores		39.965	31.078	40.894	35.134
Salários e encargos	15	20.606	17.778	20.739	18.774
Impostos a recolher	16	19.340	11.426	20.463	12.417
Dividendos/JCP a pagar	19	33.381	8.586	33.381	8.586
Obrigações a pagar	17	7.152	9.962	7.152	9.962
Passivo de arrendamento	13	24.531	391	27.689	391
Total do passivo circulante		147.024	83.233	152.347	89.276
Não circulante					
Emprestimos e financiamentos	14	62.858	8.934	62.858	8.934
Impostos diferidos	24	2.001	-	2.001	-
Provisão para desmobilização de ativos	18	22.227	12.598	22.227	12.598
Provisão para contingências	25	169	155	169	155
Obrigações a pagar	17	2.044	6.656	2.044	6.656
Passivo de arrendamento	13	53.373	542	59.386	542
Total do passivo não circulante		142.672	28.885	148.685	28.885
Total do passivo		289,696	112,118	301,032	118,161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Receitas líquidas de venda	20	712.750	546.222	718.667	545.363
Custo do produto vendido	21	(208.067)	(174.129)	(232.149)	(183.833)
Lucro bruto		504.683	372.093	486.518	361.530
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	22	(200.202)	(161.917)	(198.851)	(155.727)
Equivalência patrimonial	9	(23.749)	(4.782)	-	-
Outras despesas/receitas		(2.373)	(1.755)	(6.947)	(1.529)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		278.359	203.639	280.720	204.274
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		11.577	18.077	12.983	19.214
Despesas financeiras		(7.621)	(3.215)	(7.756)	(3.245)
		3.956	14.862	5.227	15.969
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		282.315	218.501	285.947	220.243
Imposto de renda e contribuição social	24	(65.050)	(47.738)	(68.682)	(49.480)
Lucro líquido do exercício		217.265	170.763	217.265	170.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Lucro líquido do exercício		217.265	170.763	217.265	170.763
Resultado abrangente do exercício		217.265	170.763	217.265	170.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		217.265	170.763	217.265	170.763
Ajustes ao prejuízo do exercício:					
Resultado de equivalência patrimonial		23.749	4.782	-	-
Depreciação/amortização		23.872	24.013	26.894	24.171
Amortização de direito de uso		3.236	440	3.536	440
Provisão para contingência		14	16	14	16
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		268.136	200.014	247.709	195.390
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais					
Adiantamentos		(2.053)	2.662	(1.617)	2.223
Estoque		5.573	(8.648)	5.573	(8.648)
Contas a receber		(35.843)	(20.808)	(35.843)	(20.808)
Impostos a recuperar		(6.233)	(1.143)	(5.346)	(2.065)
Despesas antecipadas		(1.172)	(332)	(435)	(139)
Outros créditos		315	(537)	314	(538)
Depósitos Judiciais		(6)	(111)	(6)	(111)
Fornecedores		8.888	6.265	1.765	8.320
Salários e encargos a pagar		2.828	5.077	1.965	6.064
Impostos a recolher		7.914	1.605	8.046	2.584
Obrigações a pagar		(7.424)	(684)	(7.424)	(684)
Provisão para desmobilização		9.629	(1.713)	9.629	(1.713)
Impostos diferidos		3.288	4.092	3.288	4.092
Caixa líquido (utilizado das) aplicado nas atividades operacionais		253.840	185.739	227.618	183.967
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de investimentos		(94.926)	(162.619)	-	-
Aquisição de propriedade para investimentos		-	-	-	(10.845)
Aquisição de ativo imobilizado		(82.623)	(72.080)	(139.088)	(105.348)
Baixa de ativo imobilizado		228	82.663	228	13.622
Aquisição de ativo intangível		(91.287)	(69.860)	(111.581)	(86.575)
Baixa de ativo intangível		-	14.320	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(268.608)	(207.576)	(250.441)	(189.146)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Redução de capital		-	-	-	-
Captação de empréstimos		55.370	-	55.370	-
Pagamento de empréstimo e financiamento		(3.410)	(12.305)	(3.410)	(12.305)
Dividendos e JCP pagos		(40.936)	(131.970)	(40.936)	(131.970)
Passivo de arrendamento		(1.870)	(420)	(2.922)	(420)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		9.154	(144.695)	8.102	(144.695)
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa		(5.614)	(166.532)	(14,720)	(149,874)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		75,260	21,792	94,876	244,750
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		69,646	75,260	80,156	94,876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Bemisa Holding S.A. ("Bemisa Holding" ou "Companhia") foi constituída em março de 2007, com sede na Avenida Rio Branco nº 108, sala 2501, parte-Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras Companhias, na condição de acionista ou sócio quotista. O controle da Companhia é exercido pelo Opportunity Holding FIP MIE, que detém 99,99% das ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023, o portfólio de projetos da Companhia e de suas controladas era composto por 160 (cento e sessenta) direitos minerais, sendo 2 Requerimentos de Pesquisa, 142 Autorizações de Pesquisa, 1 Concessão de Lavra, 13 Direitos de Requerer a Lavra e 2 Requerimentos de Lavra totalizando 503.699,89 hectares. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui participações de 100% do capital de três controladas, denominadas Bemisa Mineração e Logística S.A. ("Bemisa Logística"), Três Picos Participações e Empreendimentos Ltda. ("Três Picos") e BMV Participações Ltda. ("BMV"). Em 2022, a controlada Bemisa Logística iniciou a operação de logística atendida pela prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora e para terceiros no Terminal de Cargas localizada na cidade de Timoteo no estado de Minas Gerais. Em 2022 a controlada Três Picos, efetuou a reclassificação da rubrica de terrenos de imobilizado para a Propriedade para Investimento devido aos estudos para desenvolvimento de projeto imobiliário que tem sido realizado na propriedade. A controlada BMV foi constituída em 04 de maio de 2022 com o objetivo de explorarmos oportunidades de parcerias em projetos dentro

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Legal	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	188.147	117.435	22.107	-	237.085	-	564.774
Distribuição de dividendos complementares de 2021	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	170.763	170.763
Constituição reserva legal	-	-	8.538	-	-	(8.538)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(31.970)	(31.970)
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(8.586)	(8.586)
Destinação reserva estatutária	-	-	-	-	-	(121.669)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	188.147	117.435	30.645	-	258.754	-	594.981
Distribuição de dividendos complementares de 2022	-	-	-	-	(11.414)	-	(11.414)
Capitalização da reserva de lucros	59.193	-	-	-	(59.193)	-	-
Redução de capital	(215.541)	-	-	-	-	-	(215.541)
Reversão da reserva legal	-	-	(24.484)	-	24.484	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	217.265	217.265
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(38.219)	(38.219)
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(16.097)	(16.097)
Destinação reserva estatutária	-	-	-	-	-	(162.949)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.799	117.435	6.161	-	375.580	-	530.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

do setor de mineração e ao longo da sua cadeia produtiva. Em 31 de julho de 2023, a Companhia efetuou aporte de capital na controlada de R\$100 totalmente integralizado no decorrer do ano em espécie e através da transferência da propriedade de direitos minerais. Em 2023, esses direitos minerais foram vendidos gerando uma receita na controlada. Em 14 de julho de 2023, a Companhia recebeu a licença ambiental para implantação e operação do Projeto Mongais com Guia de Utilização, dentro do Complexo Baratinha e iniciou a fase de implantação com previsão de início de operação para o 1º semestre de 2024. Em 01 de junho de 2022, a Companhia realizou um aporte de capital na controlada Bemisa Água Azul no montante de R\$104.877, sendo R\$94.877 integralizado com bens e direitos do projeto Água Azul e R\$10.000 integralizado em espécie. A integralização com a conferência de bens e direitos foi realizada da seguinte forma: R\$79.888 através de ativos imobilizados, R\$14.320 com ativos intangíveis, R\$669 com a transferência de adiantamentos. Ainda em 2022, a Companhia realizou outros aportes no valor total de R\$50.340 totalmente integralizado em espécie. Em abril de 2023, a controlada Bemisa Água Azul iniciou a fase de comissionamento da planta hidro metalúrgica referente a operação de ouro do projeto denominado Água Azul localizada na cidade de Água Azul do Norte no Estado do Pará, além da continuidade da pesquisa geológica nos demais ativos. Em 30 de novembro de 2023, a Companhia aprovou uma redução de capital em R\$215.541 através da restituição aos acionistas em bens mediante a entrega da totalidade das quotas do capital social da controlada Bemisa Água Azul, com base no valor contábil da controlada apurado na data. Dessa forma, a Bemisa Água Azul, deixou de ser uma controlada/investida da Companhia em 31 de dezembro de 2023. A restituição foi efetuada na proporção da participação no capital social de cada acionista sem o cancelamento e, consequentemente, sem redução no número de ações da Companhia. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. Em 22 de março de 2024, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Declaração de relevância:** Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia e de suas controladas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. **2.4. Demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Bemisa Holding e as demonstrações contábeis das controladas Três Picos, Bemisa Logística e BMV. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, deduzidas das seguintes principais eliminações: Participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre elas, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas; Saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas, cujos balanços patrimoniais foram consolidados, e; Efeitos no resultado (receitas e despesas) decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Administração da Companhia e das controladas se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mens



BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

iv) Incertezas sobre tratamento de impostos: Trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza associada a tratamentos tributários. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em decorrência da adoção desta interpretação. **v) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback:** O IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8 As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro):** Esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2:** Fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas

políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12 As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro):** Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **19. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$31.799 (R\$188.147 em 2022), dividido em 87.000.000 ações ordinárias (87.000.000 ações em 2022), sem valor nominal, sendo a estrutura societária, o número de ações subscritas e os respectivos percentuais de participação no capital social apresentados da seguinte forma:

Acionista	2023	%	2022	%
Opportunity Holding FIP	86.999.999	99,99%	86.999.999	99,99%
Douro Participações S.A.	1	0,01%	1	0,01%
Total	87.000.000	100,00%	87.000.000	100,00%

Em 28 de abril de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária um aumento de capital no valor de R\$59.193, sem a emissão de novas ações, através da capitalização da reserva de lucros em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei das S.A. Em 30 de novembro de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária uma redução de capital no valor de R\$215.541 através da restituição aos acionistas em bens mediante a entrega da totalidade das quotas do capital social da controlada Bemisa Água Azul com base no valor contábil da controlada apurado na data. A restituição foi efetuada na proporção da participação no capital social de cada acionista sem o cancelamento e, consequentemente, sem redução no número de ações da Companhia. **b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/79 e deduzido das destinações determinadas em Assembleia. Em 27 de março de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos adicionais aos constituídos em 2022 no valor de R\$11.414, através de reserva de lucros. Os dividendos adicionais foram pagos no dia 31 de março de 2023. Em 27 de março de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$10.539, que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, os quais

foram pagos em 31 de março de 2023. Em 30 de junho de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$10.397 que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, que foram pagos em 07 de julho de 2023. Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$17.283 que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, que foram pagos no dia 30 de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	217.265
(-) Reserva legal (5% limitado a 20% do capital social)	33.381
Lucro líquido ajustado	217.265
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	54.316
Antecipações	(20.936)
(-) JCP distribuídos antecipadamente em 2023	(17.284)
(-) JCP aprovados e ainda não pagos em 2023	16.097
Dividendos mínimos a pagar	33.381
Total dividendos/JCP a pagar	33.381
Durante o exercício de 2023, foi aprovado o montante de R\$38.219 a título de juros sobre capital próprio, sendo R\$20.936 pagos no decorrer de 2023 e R\$17.283 que serão pagos até 31 de janeiro de 2024. c) Reserva Lucros a realizar: Em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei das S.A, em 28 de abril de 2023, a Companhia realizou um aumento de capital no valor de 59.193 através da capitalização da reserva de lucros. Em virtude da redução de capital realizada em 30 de novembro de 2023, o saldo da reserva legal existente excedeu o limite de 20% do capital social, com isso, o saldo excedente R\$24.484 foi devidamente revertido. Tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07, em 31 de dezembro de 2023, a Administração destinou integralmente a essa reserva estatutária o saldo remanescente na rubrica lucros acumulados, no valor de R\$162.949, conforme movimentação demonstrada a seguir.	
Saldo inicial	258.754
(-) Distribuição de dividendos complementares de 2022	(11.414)
(-) Capitalização da reserva	(59.193)
Reversão do excedente da reserva legal	24.484
Destinação do resultado de 2023, ajustado após destinações obrigatórias	162.949
Saldo final	375.580

Augusto Cesar Calazans Lopes – Diretor Presidente;
João Ricardo Massari Pereira – Diretor Financeiro;
Janaina Mendonça G. Pais – Contadora CRCRJ 103190/O-1

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31/12/23 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no site deste jornal. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis emitido em 22/03/2024, sem modificações e contendo parágrafo de ênfase sobre incertezas sobre ativos exploratórios.

Faros Participações S.A.

CNPJ nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2

Demonstrações Contábeis dos Exercícios encerrado em 31/12/2023 e 2022 (Em Reais - R\$)

Balanco Patrimonial em 31/12/2023 (Em reais)		
Ativo	Nota	2023
Ativo circulante		99,38
Caixa e equivalentes de caixa	5	99,38
Clientes e títulos a receber	-	1.174,36
Ativo não-circulante		505.002,19
Investimentos	-	505.002,19
Ativo		505.101,57
Passivo e Patrimônio Líquido		505.101,57
Passivo circulante		355,00
Obrigações tributárias	-	355,00
Outras obrigações	-	3.965,75
Passivo exigível a longo prazo		397.297,00
Empréstimos	-	397.297,00
Patrimônio líquido		107.449,57
Capital social	-	200.000,00
Prejuízo acumulado	-	(92.550,43)
Reservas de lucros	-	3.509.232,16
Passivo e patrimônio líquido		505.101,57

Demonstração dos Resultados dos Exercícios encerrado em 31/12/2023 (Em reais)		
Descrição	2023	2022
Receita operacional líquida		
Custo dos serviços vendidos	-	-
Lucro bruto		
Despesas operacionais	(73.644,71)	(176.871,88)
Despesas administrativas	(73.644,71)	(175.759,62)
Despesas tributárias	-	(1.112,26)
Outras receitas diversas	-	-
Resultado financeiro líquido	(3.184,61)	11.328,51
Despesas financeiras	(3.805,31)	(491,71)
Receitas financeiras	620,70	1.1820,22
Resultado c/participação societária	(632,82)	3.674.775,53
Equivalência patrimonial negativa	(632,82)	(3.759,05)
Equivalência patrimonial positiva	-	3.678.534,58
Lucro líquido exercício	(77.462,14)	3.509.232,16

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31/12/2023 (Em reais)			
Descrição	Capital subscrito	Lucros acumulados	Total
Reserva de lucros	-	3.509.232,16	3.509.232,16
Saldo em 31/12/2022	200.000,00	3.509.232,16	3.709.232,16
Prejuízo acumulado	-	(92.550,43)	(92.550,43)
Saldo em 31/12/2023	200.000,00	(92.550,43)	107.449,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A

CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 333.0033445-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A, sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.938.103/0001-50 ("Companhia"), na forma do art. 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 30 de abril de 2024, às 15:00h, NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins legais, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas em AGO. Os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGO, incluindo o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia e em seu endereço eletrônico: <http://lesta.com/tpae/> ("Website"). A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE DIGITAL E A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS SERÁ APENAS A DISTÂNCIA, POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, mediante utilização da plataforma *Microsoft Teams*, conforme as instruções detalhadas contidas no Website. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail bruno.sieiro.ext@v2energia.com, com antecedência mínima de 30 minutos antes da realização da AGO (ou seja, até às 14:30 do horário de Brasília no dia 30 de abril de 2024), com a documentação comprobatória dos poderes do participante e observados os procedimentos detalhados no Website. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2024.

José Guilherme Cruz Souza - Presidente do Conselho de Administração

BRASIL VENTOS ENERGIA S.A

CNPJ/MF 24.042.246/0001-94 NIRE 33.30031899-2

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ÀS FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. Convivamos o senhor acionista da BRASIL VENTOS ENERGIA S.A ("Companhia") a participar da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, que será realizada no dia 26 de abril de 2024, às 16h, na Avenida Graça Aranha, nº 26, 11º andar, Condomínio do Edifício Barão de Mauá II, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20030-000, com a seguinte Ordem do Dia: **Matérias Ordinárias:** (i) Exame, discussão e votação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Apreciação da destinação do resultado do exercício; (iii) Reeleição e eleição de membros do Conselho de Administração; e (iv) Eleição de membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal. Encontram-se à disposição do senhor acionista, na sede social da Companhia, os documentos exigidos pelo Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, enviados também por meio eletrônico. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024. Luciano Roberto Barbosa - Presidente do Conselho de Administração - Brasil Ventos Energia S.A.

TRANSCOOTOUR - COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO.

CNPJ nº 36.095.792/0001-72 - NIRE nº 33.4.0000395-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE)

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os 48 (quarenta e oito) cooperados da TRANSCOOTOUR COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 07/05/2024 na Av. Brulelas, 175 sala 301 - Bonsucesso, nesta Cidade, com 1ª Convocação às 12h00 com presença de 2/3 de associados, com 2ª Convocação às 13h00 com presença de metade mais um de cooperados e em 3ª e última Convocação às 14h00 com presença mínima de 10 (dez) cooperados, em dia com suas obrigações sociais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Eleição para preenchimento das vagas no Conselho de Ética e Disciplina; II - Análise e deliberação sobre o Recurso de Eliminação interposto pelo associado Sr. Jorge Luiz Feliciano Rosa, titular da VTR 014; III - Alteração do artigo 49 do Estatuto Social; e IV - Alteração do artigo 121 do Regulamento Operacional (QTU). Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024.

Marcelo Baptista Chiaradia de Oliveira - Diretor Presidente

Laguna Beach Empreendimentos Imobiliários SPE S/A

CNPJ/MF nº 18.777.562/0001-01 - NIRE 33.300.318.160

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Laguna Beach Empreendimentos Imobiliários SPE S/A, em liquidação, que se realizará no dia 29 de abril de 2024 às 19:00h, em primeira convocação e em segunda convocação às 19:30 hs., em formato exclusivo virtual, através do link: <https://assembleia.grtsdigital.com.br/lagunabeachgagago2024>, com a seguinte Ordem do Dia: **Matéria da Assembleia Geral Ordinária:** 1. Exame, discussão e votação do relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Matéria da Assembleia Geral Extraordinária:** 2. Convalidação e ratificação dos termos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em data de 10/03/2020; 3. Exame, discussão e votação do relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, e demais documentos relativos aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022; 4. Eleição do liquidante, para exercer a administração da companhia pelo prazo de 2 (dois) anos; 5. Eleição dos membros do conselho fiscal; 6. Outros assuntos de interesse da companhia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente virtual e, para dela participar, os acionistas deverão acessar a plataforma no dia e horário da Assembleia, conforme orienta o Manual do Votante, documento este que encontra-se disponível para consulta no link [MANUAL DO VOTANTE AGE AGO 2024](https://manual.dovotante.ago2024) (endereço web: <https://1drv.ms/f/s!AoYc8bdn5hhbiaBe5x48UcMbtYmKfW?e=Jl85P>), sendo fundamental, nesta ocasião que o acionista tenha em mãos o número da unidade que adquiriu da Construtora Dinamo (torre-número do apartamento) para usar como login bem como seu CPF ou CNPJ, para usar como senha. Exemplo: Se João adquiriu o apartamento 201 da torre 1, seu login será 1201. Se Maria adquiriu o apartamento 1101 da torre 2, seu login será 21101. Obs.: Constará como anexo ao manual do votante, planilha para consulta prévia. Reforçamos em oportuno que, no caso de participação por procuração, é fundamental que a mesma seja enviada para para o email abaixo informado, com vistas a providências de habilitação no sistema de votação, no prazo mínimo de 48 h, do momento da Assembleia, sob pena do voto do procurador não ser aceito e portanto, não contabilizado como presença para efeitos de votação. Quaisquer dúvidas e/ou dificuldades deverão ser esclarecidas com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia através do email lagunabeach.contato@gmail.com. Macaé, 16 de abril de 2024. (19, 20 e 23/04/2024)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO COLÉGIO SANTO INÁCIO LTDA.

CNPJ: 02.447.184/0001-68 - NIRE JUCERJA 33400019237

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA**

A Presidente da Cooperativa no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social convoca os associados, que nesta data são em número de 252 (duzentos e cinquenta e dois), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Digital, em conformidade com a Lei nº 14.030, de 28/07/2020, podendo participar e votar mediante atuação remota, via sistema eletrônico disponibilizado, acessível através do endereço eletrônico <https://teams.microsoft.com/join-meetup-join/19:meeting>, onde poderão obter todas as informações necessárias ao evento a realizar-se no Auditório Antônio Vieira, situado à Rua São Clemente, 226 - Parte - Colégio Santo Inácio, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, no dia 30/04/2023, às 16:00 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados em primeira convocação; às 17:00 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 18:00 horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: **Assembleia Geral Extraordinária 1.** Reforma do Estatuto Social nos seguintes artigos: Art. 1º caput - Inclusão da Lei Complementar 196/2022, que alterou a LC 130/2009; Art. 1º - Alíneas: Alteração na nomenclatura de suas letras para a, b e c; Art. 20 - Alterar o inciso II da publicação em sítio eletrônico da cooperativa ou publicação em jornal de circulação regular; Art. 51 - Alteração dos parágrafos 1.º - alteração do período do contrato do ouvidor de 4 anos para 48 meses e a destituição do ouvidor; Parágrafo 2º - Inclusão do Diretor responsável pela ouvidoria e a possibilidade de exercer a função de ouvidor; e Parágrafo 6.º - Possibilidade de compartilhar os serviços de ouvidoria com a Federação de cooperativas. **Assembleia Geral Ordinária 1.** Prestação de contas do exercício de 2023; 2. Destinação das Sobras ou Rateio das Perdas apuradas. 3. Eleição dos componentes do Conselho Fiscal; 4. Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da cédula de presença dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; 5. Outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.

Lilian Ruben Krempser

Diretora Presidente

PROSPERIDADE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ Nº 21.587.321/0001-04 - NIRE 33.3.0031409-1

CONVOCAÇÃO: Ficam convidados os senhores Acionistas da PROSPERIDADE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá no dia 30 de Abril de 2024, às 8:30 horas, em primeira convocação, havendo quorum, ou às 9:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de pessoas presentes, na sede da Companhia à Av. Paisagista José Silva de Azevedo Neto, nº 200, Bloco 05, Loja 107, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, com a finalidade de deliberarem sobre a seguinte pauta: (i) aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023; (ii) eleger os novos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 19 de Abril de 2024.

VITORINO LUIS DOMENECH RODRIGUEZ

PRESIDENTE - Membro do Conselho de Administração

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178 ("Companhia")

Edital de Convocação dos Acionistas da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio ("Companhia") para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo presente Edital de Convocação, o Conselho de Administração da Companhia, representado por seu presidente, Sr. Carlo Alberto Bottarelli, convoca os Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, no dia 30 de abril de 2024, às 10h00min ("AGE"), que se realizará na sede social da Companhia, localizada na Rua Almirante Grenfall, 405 - Bloco Vermelho - 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ, para discutirem e deliberarem sobre: 1. Tomada de contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer do auditor externo independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. A destinação do resultado do exercício social de 2023; 3. Remuneração global dos administradores da Companhia e; 4. Eleição dos Conselheiros do Conselho de Administração. **Informações Gerais:** (1) Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar, com antecedência mínima de 48 horas à realização da AGE, o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGE, inclusive para deliberar sobre a eventual suspensão da AGE, na sede social da Companhia ou pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br; e (2) A documentação relativa à matéria constante da Ordem do Dia, incluindo a Proposta da Administração apresentada pela Companhia será divulgada e estará disponível para retirada pelos Acionistas nesta data na sede da Companhia ou poderá ser solicitada pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br. Duque de Caxias, 22 de abril de 2024. Atenciosamente, Carlo Alberto Bottarelli - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2024)

Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol

CNPJ/MF nº 47.589.413/0001-17 - NIRE 33.300.345.108

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Temos a honra de convocar os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária do Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol, que se realizará no dia 29 de abril de 2024, em primeira convocação, às 10 horas e, em segunda convocação às 10 horas e 30 minutos, em formato híbrido, na sede da Companhia, com endereço na Avenida Almirante Julio de Sá Bierenbach, nº 200, Prédio Pacific, bloco 2, sala 502, CEP 22775-028, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberações das seguintes matérias da Ordem do Dia: **a)** Examinar, discutir e aprovar o relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Eleição e posse dos novos membros de Conselho de Administração, representantes do Club de Regatas Vasco da Gama; e **c)** Eleição e posse de membro suplente do Conselho Fiscal. Em relação aos acionistas que não puderem estar presentes presencialmente à Assembleia Geral, que será híbrida e em tempo real, deverão realizar o cadastro prévio até às 13 horas do dia 26 de abril de 2024, através do e-mail assembleiageral@vasco.com.br, para o qual deverão enviar os documentos de representação necessários, quais sejam: (i) documento de identidade com foto recente e validade nacional, se pessoa física e (ii) comprovação de poderes de representação no caso de procuradores, com os devidos registros nos órgãos competentes, se aplicável. O acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia e aos seus representantes. Quaisquer dúvidas e/ou dificuldades deverão ser esclarecidas com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia, através do e-mail: assembleiageral@vasco.com.br Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024. Joshua Wander - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2024)

MONFORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ nº 11.878.991/0001-26

Demonstrações Financeiras - Período de 01/01/2023 a 31/12/2023

Balanco Patrimonial		Passivo	
2023		2023	
Ativo		Circulante	263.706,52
Circulante	79.888.320,16	Obrigações Tributárias	255.083,09
Disponível	11.473.176,66	Obrigações Trabalhistas	8.623,43
Caixa	11.410.618,92	Passivo Não Circulante	16.452.211,76
Banco Conta Movimento	428,77	Patrimônio Líquido	67.510.810,29
Aplicações de Curto Prazo	62.128,97	Capital Social	3.800.000,00
Outros créditos	1.263.921,72	Lucros ou Prejuízos Acumulados	63.710.810,29
Aplicações Financeiras	67.151.221,72	Total do Passivo	84.226.728,57
Não Circulante	4.338.408,47		
Edificações	4.211.053,47		
Veículos	127.355,00		
Total do Ativo	84.226.728,57		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1) CONTEXTO OPERACIONAL: A Monforte Empreendimentos Imobiliários e Participações S/A é uma sociedade anônima, com sede e foro na cidade do Rio Janeiro/RJ, tendo como objeto social gestão e administração da propriedade imobiliária, com início de atividades em 30/04/2010. 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1) Aplicações Financeiras: Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço; 3.2) Direitos e obrigações: Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência; 3.3) Imobilizado: Demonstrado

pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. 3.4) Ajuste de avaliação patrimonial: A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial. 3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas: A empresa não participa do capital social de outras sociedades. 3.6) Impostos Federais: A empresa está no regime do lucro presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência. 4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: A empresa não possui conta com um passivo, relacionado a empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras nacionais. 5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS: Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza. 6) CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023

Sócio-Administrador - "Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

Contador - "Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

Avenida das Américas, 7.899, Bloco 2, Sala 412,

Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.793-081

Demonstração do Resultado do Exercício 2023

	2023
Receitas Operacionais	7.797.014,74
Receitas de Prestação de Serviço	6.572.613,02
Receitas Financeiras	1.224.401,72
(-) Deduções de Receitas	(222.657,96)
Impostos Incidentes	222.657,96
Receita Operacional Líquida	7.574.356,78
Lucro Operacional Bruto	7.574.356,78
Despesas Operacionais	(850.888,73)
Lucro Operacional Líquido	6.723.468,05
Provisão para IR e CSL	(1.055.787,70)
= Lucro do Exercício	5.667.680,35

3.800.000,00, representado por 30.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 100,00 cada uma, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição: Henrique Gomes Alves - 50%; Maria de Lourdes Pereira Alves - 50%; 7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO: Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edificação) mantida pelo proprietário para auferir aluguel ou para valorização do imóvel. Os imóveis contabilizados como propriedade para investimento importam em R\$ 4.211.053,47. 8) EVENTOS SUBSEQUENTES: Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Rio de Janeiro, 31/12/2023.

Diretoria

PRESIDENTE: Henrique Gomes Alves - CPF: 024.903.907-91

CONTADOR: Marcia Valéria Quintanilha Guedes - CT CRC: RJ082777/O-4

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF Nº 58.022.153/0001-10

Balancos Encerrados em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)

	Dez/2022	Dez/2021
Ativo		
Ativo Circulante	21.659.387	21.668.601
Disponível	2.007	14.007
Caixa e Bancos	2.007	14.007
Estoque	21.302.582	21.302.582
Imóveis Destinados à Venda	21.302.582	21.302.582
Créditos	354.798	352.012
Acordos a Receber	250.544	250.444
Devedores Compra Imóveis	802	802
Bloqueio Judicial	100.766	100.766
Inss a Compensar	2.786	-
Ativo Não Circulante	110.494.963	111.574.830
Outros Créditos	-	-
Créditos Dificil Recebimento	39.317.353	39.317.353
Direitos Creditórios	39.317.353	39.317.353
Sotilave Norte Proc 522/85 5	14.436.822	14.436.822
Investimentos Comprom.	14.436.822	14.436.822
Invest Compromissados	14.436.822	14.436.822
Investimentos	51.902.501	51.902.501
Equivalência Patrimonial	51.902.501	51.902.501
Investimento em Coligadas	4.836.379	5.916.246
28 de Agosto Adm. Partic.	4.836.379	5.916.246
Imobilizado	1.907	1.907
Imobilizado	199.003	199.003
Depreciações	(197.096)	(197.096)
Total do Ativo	132.154.350	133.243.431
Passivo		
Passivo Circulante	1.657.983	1.657.710
Obrigações a Curto Prazo	1.657.983	1.657.710
Impostos a Pagar	1.653.809	1.653.901
Contribuições a Recolher	4.174	3.809
Passivo Não Circulante	144.058	174.609
Obrigações a Longo Prazo	144.058	174.609
Parcelamento Fiscal	144.058	174.609
Reparcelamento - REFIS	144.058	174.609
Patrimônio Líquido	130.525.369	131.411.112
Capital Realizado	78.039.960	77.989.960
Reservas	254.534.436	254.534.436
Ações Tesouraria	(18.151.094)	(18.151.094)
Resultados Acumulados	(184.070.993)	(182.962.190)
Total do Passivo	132.154.350	133.243.431

Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (Valores Expressos em Reais - R\$)

	Capital Subscrito	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Resultados Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	77.152.983	254.534.436	-18.137.996	-181.855.350	131.694.073
Realização de Capital	436.978	-	-	-	436.978
Aquisição de Ações	-	-	(13.098)	-	(13.098)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(740.321)	(740.321)
Recuperação de Prejuízo	-	-	-	155.242	155.242
Saldo em 31/12/2020	77.589.961	254.534.436	(18.151.094)	(182.440.429)	131.532.874
Realização de Capital	367.932	-	-	-	367.932
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(489.693)	(489.693)
Saldo em 31/12/2021	77.957.893	254.534.436	(18.151.094)	(182.930.122)	131.411.113
Realização de Capital	50.000	-	-	-	50.000
Ajuste Prejuízo Líquido	32.067	-	-	-	32.067
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(1.108.804)	(1.108.804)
Saldo em 31/12/2022	78.039.960	254.534.436	-18.151.094	-184.070.993	130.352.309

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto em 31/12/2022

	Dez/2022	Dez/2021</
--	----------	------------

DANOS MORAIS

DPU quer indenização de R\$ 1 bi da X por danos à democracia

ANDRE RICHTER/ABRASIL

A Defensoria Pública da União (DPU) entrou nesta sexta-feira com uma ação na Justiça Federal em Brasília para obrigar a rede social X, antigo Twitter, a pagar R\$ 1 bilhão de indenização por danos morais e sociais contra a democracia brasileira.

De acordo com órgão, a empresa comandada pelo empresário norte-americano Elon Musk deve responder a uma ação coletiva após o bilionário

incitar o descumprimento de decisões judiciais.

A defensoria também defendeu que a rede social deve adotar práticas de moderação e remoção de conteúdos ilegais, além de cooperar com a Justiça.

Para o órgão, a ação pretende garantir que a empresa cumpra as exigências legais e faça o combate ao discurso de ódio.

"A ação busca não apenas responsabilizar a empresa X pelas falhas em sua operação e pela violação das normas jurídicas brasileiras, mas também com-

pelir a plataforma a adotar medidas eficazes de moderação que assegurem a proteção dos direitos fundamentais e a estabilidade democrática do Brasil", afirmaram os defensores.

A ação foi proposta em parceria com a Educafro e o Instituto Fiscalização e Controle.

Na semana passada, Elon Musk foi incluído pelo ministro Alexandre de Moraes no inquérito que investiga a atuação de milícias digitais para disseminar notícias falsas no país.

A medida foi tomada após

Musk insinuar que não vai cumprir determinações do Supremo para retirada de postagens que forem considerados ilegais.

Nas postagens publicadas no início deste mês, Musk prometeu "levantar" (desobedecer) todas as restrições judiciais, alegando que Moraes ameaçou prender funcionários do X no Brasil ao determinar a remoção de conteúdos ilegais. O empresário também acusou Moraes de trair "descarada e repetidamente a Constituição e o povo brasileiro".

DOENÇAS

Anvisa mantém proibição ao cigarro eletrônico no País

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu nesta sexta-feira por manter a proibição aos cigarros eletrônicos no Brasil. Com isso, continua proibida a comercialização, fabricação e importação, transporte, armazenamento e propaganda desses produtos. Os cinco diretores votaram para que a vedação, em vigor desde 2009, continue no país. Os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFS), conhecidos como cigarros eletrônicos, são chamados também de vape, pod, e-cigarette, e-cigy, e-pipe, e-cigar e heat not burn (tabaco aquecido).

Com a decisão, a Anvisa informa que qualquer modalidade de importação desses produtos fica proibida, inclusive para uso próprio ou na bagagem de mão do viajante.

De acordo com a agência, a norma não trata do uso individual, porém veda o uso dos dispositivos em ambiente coletivo fechado. O não cumprimento é considerado infração sanitária e levará à aplicação de penalidade, como advertência, interdição, recolhimento e multa.

Dados do Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis em Tempos de Pandemia (Covitel 2023) revelam que 4 milhões de pessoas já usaram cigarro eletrônico no Brasil, apesar de a venda não ser autorizada.

RELATOR

O diretor-presidente da Anvisa e relator da matéria, Antonio Barra Torres, votou favorável à manutenção da proibição desses dispositivos.

"O que estamos tratando,

tanto é do impacto à saúde como sempre fazemos, e em relação às questões de produção, de comercialização, armazenamento, transporte, referem-se, então, à questão da produção de um produto que, por enquanto, pela votação, que vamos registrando aqui vai mantendo a proibição".

Antonio Barra Torres leu por cerca de duas horas pareceres de 32 associações científicas brasileiras, os posicionamentos dos Ministérios da Saúde, da Justiça e Segurança Pública e da Fazenda e citou a consulta pública realizada entre dezembro de 2023 e fevereiro deste ano, mesmo que os argumentos apresentados não tenham alterado as evidências ratificadas pela diretoria em 2022.

Em seu relatório, Barra Torres se baseou em documentos da Organização Mundial de

Saúde (OMS) e da União Europeia, em decisões do governo da Bélgica de proibir a comercialização de todos os produtos de tabaco aquecido com aditivos que alteram o cheiro e sabor do produto. Ele citou que, nesta semana, o Reino Unido aprovou um projeto de lei que veda aos nascidos após 1º de janeiro de 2009, portanto, menores de 15 anos de idade, comprarem cigarros.

Ele mencionou ainda que a agência federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos (U.S Food and Drug Administration) aponta que, mesmo com a fiscalização, há comércio ilícito desses produtos.

O diretor ainda apresentou proposições de ações para fortalecimento do combate ao uso e circulação dos dispositivos eletrônicos de fumo no Brasil.

REAÇÃO A MUSK

Moraes diz que soberania brasileira está sob ataque

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, afirmou nesta sexta-feira que a soberania brasileira está sob um ataque promovido de forma articulada entre mercantilistas estrangeiros ligados às redes sociais e políticos brasileiros extremistas. Alvo de uma série de acusações do empresário norte-americano Elon Musk, proprietário da rede social X, o ministro disse que a Justiça brasileira não irá se abalar.

"A Justiça Eleitoral continuará a defender a vontade do eleitor contra a manipulação no poder econômico nas redes sociais, algumas das quais só pretendem o lucro e a exploração sem qualquer responsabilidade. O Poder Judiciário está acostumado a combater mercantilistas estrangeiros que tratam o Brasil como colônia e políticos extremistas e antidemocráticos, que preferem se subjugar a interesses internacionais do que defender o desenvolvimento do Brasil", afirmou Moraes, sem citar nomes.

As declarações foram dadas durante a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Museu da Democracia. Resultado de um acordo entre o TSE e a Prefeitura do Rio de Janeiro, a sede do espaço será no prédio do Centro Cultural da

Justiça Eleitoral (CCJE), no centro da cidade. O edifício ainda passará por intervenções e não há data estipulada para a inauguração.

"Democracia não combina com abuso de poder político e de poder econômico. E nós também vamos contar aqui no Museu da Democracia o combate histórico da Justiça Eleitoral contra o abuso do poder político e do poder econômico que reiteradas vezes vieram ameaçar a democracia brasileira", disse Moraes.

Elon Musk, que nos últimos meses tem realizado encontros com lideranças da extrema-direita internacional e se alinhado no Brasil a teses propagadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, vem afirmando que o ministro age de forma autoritária ao ordenar a censura de diversos perfis. Ele chegou a ameaçar uma desobediência de decisões judiciais.

Em seu discurso, Moraes não fez comentários específicos sobre essas alegações. Ele elogiou a definição de democracia citada em vídeo institucional produzido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e veiculado na cerimônia. "Democracia é liberdade com responsabilidade. Todo mundo tem que conhecer e respeitar as regras. Pode discordar, pode divergir, mas não pode descumprir, não pode afrontar", diz um trecho do vídeo.

BICHEIRO

PGR recorre para manter contraventor com tornozeleira

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou nesta sexta-feira recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do ministro Nunes Marques que autorizou o contraventor Rogério Andrade a retirar a tornozeleira eletrônica.

Andrade cumpria a medida cautelar em função de processos a que responde no Rio de Janeiro, mas o ministro determinou a retirada do equipamento após pedido feito pela defesa do contraventor. Na quinta-feira, ele compareceu à Polícia Civil do Rio para retirar a tornozeleira.

O recurso será julgado pela Segunda Turma da Corte. A

data do julgamento ainda não foi definida.

Andrade cumpria medida de recolhimento domiciliar noturno, a partir das 18h, em função de medidas cautelares estabelecidas pela Justiça contra ele no final de 2022, quando foi solto por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Rogério Andrade é patrono da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel e explora o jogo do bicho na Zona Oeste do Rio e em Angra dos Reis. Ele responde a processos relacionados com a Operação Calígula, que investiga a atuação de uma organização criminosa para favorecer negócios ilegais dos envolvidos no esquema.

INJUSTIÇA

Instituto: PEC do Quinquênio perpetua desigualdades no serviço público

GABRIEL HIRABAHASIA/EA

O instituto República.org divulgou nesta sexta-feira, um manifesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede um bônus de 5% a cada cinco anos a magistrados, promotores, procuradores, entre outras categorias. Para o instituto, a proposta "perpetua as desigualdades no serviço público e aumenta a já conhecida discrepância salarial entre as carreiras do funcionalismo".

"Somos totalmente favoráveis à valorização dos servidores públicos brasileiros, essenciais

ao bom funcionamento do Estado e aos serviços à população. Este é mais um motivo para sermos totalmente contra privilégios setoriais, que só aumentam as enormes injustiças existentes na administração pública", afirma no manifesto, chamado de "O Brasil não merece a vergonha da volta dos quinquênios".

O República.org é um instituto apoiado por meios filantrópicos. Apartidário, tem como principal objetivo discutir melhorias no serviço público brasileiro e buscar formas de engajamento, qualificação e valorização desses servidores brasileiros.

A principal linha argumentativa do instituto contra a PEC está na discrepância salarial entre as diversas carreiras do serviço público e na ausência de critérios de produtividade e desempenho para a valorização dos trabalhadores.

"Metade dos servidores brasileiros recebe salário igual ou menor a R\$ 3.400 mensais. Precisamos, sim, repor perdas salariais, depois de 42% de inflação desde 2016 - mas quinquênios e supersalários não são a maneira de fazê-lo. A PEC só aumenta o fosso que separa uma elite do funcionalismo de sua base", afirma.

A PEC foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na quarta-feira passada, e segue agora para o debate e votação em plenário. São necessários 49 votos, em cada um de dois turnos de votação, para que seja aprovada e encaminhada à Câmara dos Deputados.

O impacto fiscal da medida é bilionário. Segundo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), informações do Ministério da Fazenda indicam que o custo pode chegar a R\$ 42 bilhões por ano, a depender da quantidade de categorias que forem beneficiadas.

FIOCRUZ

Internações por gripe e vírus sincicial respiratório aumentam no Brasil

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Boletim InfoGripe, divulgado nesta semana pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), chama atenção para alta das internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), causadas principalmente pelo vírus sincicial respiratório (VSR) e a influenza A, o vírus da gripe. O boletim aponta ainda para queda dos casos de covid-19, com alguns estados em estabilidade.

Nas últimas quatro semanas, do total de casos de síndromes respiratórias, 54,9% foram por vírus sincicial e 20,8% por influenza A. Entre as mortes, os dois vírus são os mais presentes. Conforme o boletim, as mortes associadas ao vírus da gripe estão se aproximando das mortes em função da Covid-19, "por conta da diferença do quadro de diminuição da Covid-19 e aumento de casos de influenza".

Desde o início de 2024, fo-

ram registrados 2.322 óbitos por síndrome respiratória grave no país.

O coordenador do InfoGripe, Marcelo Gomes, alerta para a importância da vacinação contra a gripe, em andamento no país, como forma de evitar as formas graves da doença. "A vacina da gripe, como a vacina da covid, têm como foco diminuir o risco de agravamento de um resfriado, que pode resultar numa internação e até, eventualmente, uma morte. Ou seja, a vacina

é simplesmente fundamental", alerta, conforme publicação da Fiocruz.

De acordo com o levantamento, 20 estados e o Distrito Federal apresentam tendência de aumento de SRAG no longo prazo: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Justiça condenou o ex-presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro e do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) Gilberto Linhares Teixeira a 26 anos, 1 mês e 18 dias de reclusão, em regime fechado, por homicídio duplamente qualificado.

O julgamento foi realizado no II Tribunal do Júri da Capital e terminou na quinta-feira passada. O promotor de Justiça Fábio Vieira, responsável pela sustentação oral no júri, recorreu da sentença para aumentar a pena imputada ao réu. Gilberto Teixeira foi denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro como mandante do homicídio do ca-

sal de sindicalistas Edma Rodrigues Valadão e Marcos Otávio Valadão. O casal foi morto a tiros no início da manhã de 20 de setembro de 1999, quando saía de casa, no Engenho Novo, zona norte do Rio.

Na época do crime, Edma Rodrigues Valadão era presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro e, Marcos Otávio Valadão, presidente da Associação Brasileira de Enfermagem.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, Edma e Marcos Otávio fizeram acusações de desvio de verbas, apropriação de bens do Cofen, contratações irregulares e falsificação de documentos durante a gestão de Gilberto como mandante de classe.

**GESTÃO TARCISIO**

Para delegados, Operação Fim da Linha contra o PCC é 'ilegal'

FAUSTO MACEDO/AE

A Operação Fim da Linha, ofensiva do Ministério Público de São Paulo contra a escalada do PCC, 'está eivada de ilegalidades'. A avaliação é de delegados da Polícia Civil, indignados com o fato de a corporação ter sido aliada da missão deflagrada na manhã de 9 de abril para estancar o avanço do crime organizado no setor de transporte público da capital paulista - duas empresas de ônibus, a Transwólf e a Uppbus, segundo a Promotoria, eram controladas por dois grupos que estavam lavando dinheiro do PCC.

Segundo os delegados, os mandados de prisão e de busca e apreensão foram cumpridos pela Polícia Militar, 'em franca usurpação da competência constitucional e legal deferida, pelo legislador, à Polícia Civil'.

O delegado André Santos Pereira, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado e especialista em Inteligência Policial e Segurança Pública (Escola Superior de Direito Policial/FCA), sustenta que a PM não tem atribuição constitucional para a realização de atos de polícia judiciária ou investigativa, 'salvo em se tratando de infração militar'.

Seu colega, Rodolfo Queiroz Laterza, presidente de outra entidade da classe com alcance nacional - a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil -, também protesta. Em carta endereçada ao secretário de Segurança Pública do Estado, capitão Guilherme Derrite, ele alerta que a exclusão da Polícia Civil de operações como a Fim da Linha está 'gerando instabilidades institucionais o que poderá refletir na integração, cooperação e harmonia do sistema'.

André Santos Pereira destaca que a nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, 'diploma legal justamente colocado em vigor para não permitir, exatamente, o ocorrido na Operação Fim da Linha', prevê em seu artigo 6º da Lei n. 14.735/23. "Compete à Polícia Civil, ressalvadas a competência da União e as infrações penais militares, executar privativamente, as funções de polícia judiciária civil e de apuração de infrações penais, a serem materializadas em inquérito policial ou em outro procedimento de investigação."

Especificamente, cabe à Polícia Civil cumprir mandados de prisão, de buscas e medidas cautelares, entre outras providências.

"Nesse caminhar, temos que o cumprimento dos mandados

de prisão e busca e apreensão decorrentes de diligências realizadas pela Polícia Militar são absolutamente ilegais, não podendo ser admitidos dentro do nosso ordenamento jurídico. Esse é o preço que pagamos por vivermos em um Estado Democrático de Direito, onde todos devem obediência às leis e à Constituição. Não podemos admitir que a justiça seja alcançada a qualquer preço. Precisamos respeitar as instituições e, principalmente, as regras vigentes", assinala Santos Pereira.

Laterza, por seu lado, sugere uma doutrina de Comando e Controle Integrado, 'no qual cada instituição policial atua nos limites de suas atribuições com sinergia e com o princípio da cooperação como norte, para jamais ocorrerem essas situações anômalas'.

Pereira aborda o que chama de 'perspectiva ética' da Operação Fim da Linha. "Nem legal, nem ética foi a atuação dos gestores da Operação Fim da Linha. A ética profissional é parte da ética geral, sendo a ciência que circunscreve os deveres dos profissionais. De vulto a questão quando os envolvidos são servidores públicos. A ética da responsabilidade, diria Max Weber."

Ele aponta também para o Ministério Público. "O Código de Ética do Ministério Público impõe aos doutos promotores e procuradores valores éticos, sendo necessário apontar a lhanza no trato com os demais integrantes do sistema de Justiça."

"Não há espaço para atuação arbitrária, desrespeitosa às prerrogativas dos sujeitos do sistema de Justiça ou imotivadas", afirma o presidente da Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo. "Não há qualquer interpretação que possa conferir à Polícia Militar, dentro de sua competência, a atribuição de realizar, especialmente, o cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão expedidos no interesse da investigação criminal."

É taxativo. "Não há o que tergiversar. O ocorrido aqui é perigoso, pois em verdade estamos assistindo instituições de Estado a se determinarem ao arremedo da Lei. Em um Estado Democrático de Direito, não é admissível que gestores públicos conduzam operações em nome do Estado, vulnerando primados éticos e sobretudo a legalidade. Este é nosso repúdio."

E ressalta que, naturalmente, os delegados apoiam o combate ao crime organizado.

APOIO AO GENOCÍDIO

Biden avalia mais de US\$ 1 bi em vendas de armas a Israel

O governo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, considera mais de US\$ 1 bilhão em novos acordos de armas para Israel, incluindo munição para vivermos em um Estado Democrático de Direito, onde todos devem obediência às leis e à Constituição. Não podemos admitir que a justiça seja alcançada a qualquer preço. Precisamos respeitar as instituições e, principalmente, as regras vigentes", assinala Santos Pereira.

G7

Países ricos mostram preocupação com ameaças nucleares da Rússia

MATHEUS ANDRADE/AE

O G7 está muito preocupado com a contínua guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e com a sua retórica e ações nucleares irresponsáveis, bem como com o avanço contínuo da Coreia do Norte e do Irã nos programas de mísseis nucleares e

balísticos. Em comunicado emitido após reunião de ministros das Relações Exteriores do grupo, a visão é de que "estes desenvolvimentos colocam sérios desafios à paz e à segurança internacionais e exigem a nossa determinação unida na defesa dos regimes globais de desarmamento e de não-proliferação".

Além disso, o G& condena nos termos mais veementes a crescente cooperação militar entre a Coreia do Norte e a Rússia, incluindo a exportação pela Coreia do Norte e a aquisição de mísseis balísticos norte-coreanos pela Rússia, bem como a utilização destes mísseis pela Rússia contra a Ucrânia.

cou o ataque direto sem precedentes com mísseis e drones sobre o território israelense, no fim de semana, em retaliação pela morte de um importante general iraniano na Síria em 1º de abril. Israel respondeu com um ataque na última noite que parece ter sido limitado, após a pressão dos EUA para que não ocorra mais escalada na con-

frontação.

Segundo as fontes, as vendas precisariam do aval de líderes do Congresso e poderia levar meses ou anos para que as entregas fossem concretizadas. Deve haver, porém, resistência de parte do Legislativo, no contexto atual. O Pentágono e o Departamento de Defesa não quiseram comentar o assunto.

PARIS/IRÃ

Consulado é isolado após suspeita de homem com bomba no local

A polícia da França isolou nesta sexta-feira, o consulado do Irã em Paris após um homem supostamente ter entrado com material explosivo na sede diplomática. De acordo com a imprensa local, o suspeito foi detido e uma unidade de elite foi acionada para o consulado, que solicitou por intervenção.

Uma testemunha relatou que um homem entrou no consulado por volta das 11h (6h de Brasília) e que ele tirou o casaco e vestia um colete feito à mão no

qual, aparentemente, havia explosivos. O jornal Le Parisien destacou que o indivíduo colocou diversas bandeiras no chão e garantiu que o seu objetivo era vingar a morte do irmão.

Segundo a emissora de televisão BFMTV, ele saiu do consulado por vontade própria e foi detido pelas forças de segurança, não tendo sido encontrado qualquer artefato explosivo. O veículo em que ele chegou ao local também foi revistado.

O comandante da polícia de

Paris, Laurent Nuñez, mobilizou uma unidade de elite e destacou que o consulado fez o pedido de intervenção. Agentes antiterroristas franceses solicitaram a entrada no consulado, mas os funcionários do edifício diplomático negaram, segundo a BFMTV.

O bairro onde fica o consulado iraniano, o XVI Arrondissement, no oeste da capital francesa, está completamente fechado ao tráfego. As linhas 6 e 9 do metrô, que passam pela estação Trocadero, a mais próxima do consulado ira-

niano, também foram paralisadas segundo a empresa RATP.

O incidente ocorre em meio a uma tensão crescente no Oriente Médio, no mesmo dia em que o Irã foi alvo de um ataque retaliatório de Israel e poucos dias depois de Teerã ter atacado diretamente o território israelense pela primeira vez na história. O consulado iraniano em Paris não tem um alto nível de atividade, devido à frieza entre os dois países, o que faz com que sejam emitidos poucos vistos.

EUA

Tudo pronto para o início do julgamento de Trump em Nova York

O tribunal de Manhattan concluiu nesta sexta-feira, a escolha dos seis suplentes que podem ser convocados a decidir o futuro de Donald Trump caso um dos 12 jurados precise se retirar do caso ou seja retirado. Isso encerra a primeira etapa, de composição do júri, e abre caminho para que a fase de alegações iniciais, quando acusação e defesa apresentam o caso, comece nessa segunda-feira.

Trump é o primeiro ex-presidente da história americana a enfrentar um julgamento criminal. Ele responde a 34 acusações de fraude fiscal envolvendo o pagamento de US\$ 130 mil a atriz pornô Stormy Daniels. Segundo a acusação, teria falsificado documentos das Organizações Trump para esconder o depósito, com o objetivo de impedir que um caso viesse à público antes das eleições de 2016. Ele nega.

Logo após dar por encerrada a composição do júri, o juiz Juan Merchan anunciou uma pausa nos trabalhos do tribunal. Praticamente ao mesmo tempo, do lado de fora, um homem que estava na área isolada para apoiadores do líder republicano, ateou fogo em si mesmo. Ele foi levado para o hospital gravemente ferido. Não ficou imedia-

tamente claro o que motivou sua ação.

Depois do intervalo, teve início a audiência que discute se os procuradores podem confrontar Donald Trump com suas derrotas em ações civis, caso ele decida depor.

A Justiça de Nova York declarou o magnata culpado por fraude e ordenou multa bilionária no processo que o acusava de inflar o próprio patrimônio para conseguir vantagens financeiras. Também na esfera civil, Trump foi declarado culpado por agressão sexual contra escritora e jornalista E. Jean Carroll. Em ação separada, ele foi multado por difamá-la.

Esses são alguns dos pontos da vida pregressa de Donald Trump que os procuradores pretendem explorar no julgamento. O resultado da audiência é esperado para segunda de manhã e tende a influenciar a decisão da defesa de colocar o réu para depor ou não.

Trump tem dito que pretende testemunhar, mas não é obrigado e poderia mudar de ideia, caso os procuradores sejam autorizados a trazer as ações em que foi derrotado para este julgamento. A defesa se manifestou contra.

Em outro embate processual, os advogados consegui-

ram uma vitória Os procuradores tentaram manter longe dos olhos do público evidências que incluem 39 mil registros telefônicos de Michael Cohen, o ex-advogado de Donald Trump que deve ser uma das peças-chave da acusação. Ele admitiu ter feito o pagamento a Stormy Daniels e foi condenado a três anos de prisão.

Os promotores alegaram que o conjunto de provas diz respeito a pessoas que não estão envolvidas no caso.

Os advogados, por outro lado, argumentaram que lacrar as evidências violaria o direito a um julgamento público. Juan Merchan concordou com a defesa.

Em paralelo, a equipe de Donald Trump mantém a estratégia de esgotar todos os recursos possíveis no esforço de adiar o julgamento. Seus advogados recorreram ao tribunal de apelações nesta tarde alegando que o juiz Merchan teria apressado a escolha dos jurados, impedindo Trump de ter um júri justo e imparcial, e defenderam que o julgamento fosse suspenso enquanto tentam retirar o caso de Manhattan.

O recurso foi negado, como havia acontecido com pedidos similares da defesa anteriormente.

Nesta sexta, o juiz Juan Merchan repreendeu a defesa por tentar, repetidas vezes, obter novas decisões em questões pré-julgamento que já foram estabelecidas.

"Eu considere seus argumentos de boa fé, tomei decisões, mas em algum momento, você precisa aceitar as decisões do tribunal", disse. "Não há mais nada a esclarecer. Não há mais nada para discutir. Temos declarações de abertura na segunda-feira de manhã", reforçou.

Ao deixar o tribunal, Trump insistiu que seria vítima de uma "caça às bruxas" e repetiu, mesmo sem evidências, que os processos seriam parte de uma estratégia para atingir sua candidatura. "O que está acontecendo aqui com o sistema judiciário é uma afronta", disse. "Essa é a única maneira que eles acham que podem vencer, mas não vai funcionar", concluiu.

O líder do Partido Republicano também enfrenta acusações pelos documentos secretos encontrados na mansão de Mar-a-Lago, Flórida, e pela tentativa de reverter a derrota para Joe Biden em 2020. Ainda assim, avança para o que promete ser uma disputa acirrada contra Biden na eleição de novembro.

PRAIA GRANDE

Estudante morre após agressão em escola

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Um estudante de 13 anos morreu na terça-feira passada, uma semana após ser agredido por colegas no banheiro da escola estadual onde estudava, em Praia Grande, no litoral do estado de São Paulo. A vítima era aluno do 6º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Júlio Pardo Couto. Aos pais, ele relatou que os colegas "pularam em cima dele".

A família diz que a morte seria decorrente de agressões que entortaram sua coluna. A Polícia Civil abriu inquérito para investigar o caso, que é apurado também pela Secretaria Estadual de Educação.

A vítima tinha completado 13 anos no dia 7 de abril, dois dias antes das agressões. Segundo o pai do adolescente, o estudante contou que no último dia 9, foi chamado à escola

e informado por uma funcionária que seu filho havia caído da escada.

Em casa, o filho começou a chorar de dores e desmentiu a versão da queda, contando que havia sido agredido por dois colegas. Ele disse que foi arrastado para o banheiro, onde foi derrubado por um deles. Os dois pularam sobre suas costas.

Um vídeo divulgado pela família e obtido pelo Estadão mostra o pai questionando o filho sobre o ocorrido na escola. Ele pergunta sobre a agressão e quer saber o nome do agressor. "Ele pulou em cima de tu?", pergunta. "É", responde o adolescente. "Te machucou e está com falta de ar", prossegue o pai. "Eu estou, quando respiro dói as costas", acrescenta o menino, chorando. "E tu nem estava brincando com eles?", insiste o pai. "Não", diz a vítima.